

04 DE JULHO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA — DF

DISCURSO NA REUNIÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Excelentíssimo Senhor Dr. Aureliano Chaves,
Senhores Ministros de Estado:

Como é do conhecimento de Vossas Excelências, os preços do petróleo bruto sofreram forte aumento, na semana passada. Agora o barril passa a custar 18 e 23 dólares e meio. Daqui a três meses, paira a ameaça de novos preços, ainda mais altos.

Sem dramatização, aliás desnecessária, as economias do mundo ocidental, e em particular a nossa, foram rudemente golpeadas.

Temos pela frente, no cenário mundial, uma coorte de problemas:

- * mais inflação;
- * maiores desajustes nos balanços de pagamentos;
- * menor crescimento econômico.

Em nosso caso, as importações de petróleo consumirão anualmente mais de dois bilhões de dólares acima dos valores atuais.

E isso não é tudo. Além desses efeitos diretos, haverá outros. Indiretos, mas não menos sérios.

* A desaceleração do crescimento mundial certamente dificultará a expansão de nossas exportações.

* Os produtos que ainda precisamos importar custarão mais caro, em vista da provável elevação geral dos preços nos mercados internacionais.

* Os reajustes indispensáveis, nos preços dos derivados de petróleo, ao nível do consumidor, repercutirão desfavoravelmente sobre a inflação interna, não obstante todos os nossos esforços para conter seu ritmo.

* Sofreremos, enfim, uma séria perda nas relações de troca, tal como se tivéssemos de pagar impostos ao resto do mundo.

Felizmente, o mundo vive em relativa paz.

Entretanto, temos de ser realistas: não podemos permitir a deterioração do balanço de pagamentos e da dívida externa, a ponto de comprometer a nossa credibilidade internacional e a estabilidade do nosso desenvolvimento.

Conseqüentemente, teremos de habituar-nos — como tantos outros países do Ocidente — à iminência de passar a viver sob uma economia de guerra. Ou algo muito parecido.

Essa a situação com que nos defrontamos. Esse o maior desafio apresentado à sociedade brasileira, nos últimos tempos.

Como tantas vezes já o fizemos, no passado, haremos de enfrentar o desafio: Corajosamente. Serenamente. Objetivamente.

A Nação precisará aceitar sacrifícios e o fará com galhardia. Sem eles, nosso modelo de desenvolvimento

econômico e social será apenas um castelo de cartas. Admito, com franqueza, que serão necessários esforços maiores para conquistar — mais lentamente — os mesmos resultados anteriormente previstos.

Por seus reflexos no balanço de pagamentos, a questão energética passa a assumir prioridade máxima em meu Governo. Ao lado do combate à inflação, castigo dos assalariados e solapadora da paz social. Em paralelo com o desenvolvimento agropecuário, indispensável à melhoria do padrão alimentar do povo e à criação de excedentes exportáveis.

Tenho bem presente, neste ato, toda a significação da palavra prioridade. Feitas as escolhas, teremos, naturalmente, de moderar a justa ansiedade daqueles que, até por dever de ofício, propugnam outros programas, ambicionam concretizar sua quota de realizações.

Nesse sentido, convoco todos os Ministros de Estado a alargar seu pensamento. Além dos problemas específicos de suas pastas, há um bem maior, que é de todos: o bem do Brasil. Será preciso, por isso, que a ordem de execução dos programas se subordine ao interesse maior de resolver os problemas de energia e do balanço de pagamentos.

Inúmeros programas setoriais, interessantes, atrativos, podem esperar. Terão de esperar.

Apelo ao patriotismo dos meus Ministros, no sentido de aceitarem essa dura, mas inelutável disciplina de prioridades.

Só conseguiremos construir um futuro estável para nossa sociedade na medida em que pudermos concentrar os esforços e recursos nos programas verdadeiramente prioritários. Lembro a Diretriz Geral que fixei, e pela qual nenhum programa se iniciará sem a prévia e certa alocação de recursos.

Não se tomem estas minhas palavras — graves como elas são — como sinal de desesperança ou de pessimismo. Há muitos pontos a nosso favor.

Praticamente não dependemos do petróleo para a geração de energia elétrica. Por muitos anos, ainda poderemos recorrer ao nosso potencial hidráulico. Quando este se esgotar, caminharemos em grande escala para a geração nuclear.

Entretanto, dependemos vitalmente do petróleo para o transporte individual e coletivo; para o de mercadorias; para o fornecimento de serviços básicos, como o gás; e para o funcionamento de inúmeras indústrias.

O problema, em matéria de petróleo, como sabem os brasileiros, é que hoje temos de importar um milhão de barris diários, 85% do nosso consumo.

Por muitos anos a humanidade ainda terá no petróleo sua principal fonte de energia. Sem dúvida, o melhor substituto do petróleo importado é o petróleo produzido no país.

Não nos iludamos a respeito dessa questão.

A primeira prioridade da política nacional de petróleo é aumentar substancialmente sua produção, dentro da nossa geografia. As reservas conhecidas, em especial as da bacia de Campos, permitem estimar a produção nacional de óleo, em 1985, em 500 mil barris por dia.

Precisamos multiplicar os esforços de pesquisa e prospecção, através da Petrobrás e da ampliação das áreas de contratos de risco.

Teremos, também, de buscar sucedâneos para o petróleo. Nesse campo, há uma distinção a fazer: entre os produtos já testados e aptos a substituir derivados de petróleo e aqueles ainda no domínio da pesquisa.

Dentro desses parâmetros, o álcool pode considerar-se adequado sucedâneo da gasolina. A meta de produção de 10,7 bilhões de litros, em 1985, equivale, aproximadamente, a 170 mil barris diários de petróleo.

Já temos suficiente experiência no uso do carvão como substituto da nafta, para a produção de gás; e em lugar do óleo combustível em indústrias de alta densidade de consumo, como a do cimento. Essa substituição será estimulada por incentivos adequados.

Para o óleo diesel, conhecem-se fórmulas tecnicamente possíveis de substituição, mas ainda sujeitas ao teste dos custos. No momento, ainda parece mais econômico usar o álcool como substitutivo parcial da gasolina e da nafta, e, dentro de certas percentagens, misturar esses dois derivados ao óleo diesel. A médio prazo, deveremos ajustar as condições de destilação e craqueamento, nas refinarias, para assim obter os diferentes produtos, em proporções adequadas ao perfil do nosso consumo.

Não teremos tempo nem recursos para substituir, em nosso Governo, todo o petróleo hoje importado.

Deveremos concentrar-nos, assim, nas soluções de máximo rendimento por cruzeiro investido.

Temos de conscientizar-nos de que o petróleo ainda é mais barato que seus sucedâneos. O ágio a pagar pela substituição justifica-se ante a tendência dos preços de petróleo. E, sobretudo, ante a vantagem de nos tornarmos menos dependentes do exterior em matéria energética.

Ainda aqui, entretanto, cabe hierarquizar prioridades, para obter o maior rendimento possível da política de substituição.

Uma premissa a reconhecer é esta: em grande escala e a custos aceitáveis, só podemos definir-nos imediatamente pelo álcool etílico e pelo carvão. Não obstante, não podemos desprezar outras soluções de baixo custo. Muito especialmente, a energia solar pode ser bem aproveitada para o aquecimento a temperaturas de 60 a 80 graus.

Por outro lado, esforços de pesquisas, poderão tornar economicamente aceitáveis o metanol, o xisto, os óleos vegetais. Mas não seria lógico dispensar recursos em programas de baixa viabilidade econômica e de logística não comprovada.

O aumento da produção de petróleo e o desenvolvimento de sucedâneos não serão suficientes, à luz dos dados disponíveis, para livrar-nos de importar petróleo. Isso nos obriga, de um lado, a redobrar os esforços de aumento das exportações e de moderação das demais importações, como vimos fazendo desde 1974.

Obriga-nos, também, nesta fronteira da economia de guerra, a apelar para medidas mais enérgicas de contenção do consumo de combustíveis. Não importa a discussão semântica sobre se o caso é de racionamento ou de racionalização. Reconheçamos, com realismo, que os novos preços do petróleo exigem medidas mais severas do que as implantadas até agora.

Para dar vigor à política nacional de combustíveis, decidi criar a Comissão Nacional de Energia, diretamente subordinada à Presidência da República.

Pela alta prioridade do problema, pedi ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Aureliano Chaves, que, com sua larga experiência de engenheiro e professor, me auxilie na direção superior dessa importante Comissão.

Caberá ao Ministro das Minas e Energia a sua Secretaria Executiva.

Comporão a Comissão os Ministros da Fazenda; da Agricultura; dos Transportes; da Indústria e do Comércio; das Minas e Energia, o Chefe do Gabinete Militar e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional; o Chefe da Secretaria de Planejamento; e o Chefe da Secretaria de Comunicação Social. Outros Ministros também poderão ser convidados às reuniões.

Integrarão ainda a Comissão os Presidentes do Conselho Nacional de Petróleo, da Petrobrás, da Eletrobrás e mais três cidadãos de ilibada reputação e notório saber em assuntos energéticos.

Espero da Comissão sugestões úteis e práticas para o programa de economia, substituição e aumento da produção nacional de petróleo.

Tranquila é a situação dos governantes que navegam a favor dos ventos, nos tempos de vacas gordas. Nós, porém, atravessamos um período de vacas magras. Neste período, cada brasileiro deve reivindicar meios e dar mais de si, para o desenvolvimento nacional. Muitos administradores — os mais ativos principalmente — terão de conter seus ímpetos de realização, para não atropelar prioridades. Agora, mais que em qualquer outra época, os dinheiros públicos têm de ser bem usados.

Convoco, pois, todos os brasileiros a participar do esforço que não é só governamental mas de todos nós, para a solução do problema energético. O povo brasileiro tem revelado sua grande capacidade de responder aos desafios. Com essa capacidade iremos solucionar a questão da energia e construir alicerces inabaláveis para o nosso desenvolvimento econômico e social.

Muito obrigado.